

## SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: Um debate necessário

Bianca Neves Arnaud<sup>1</sup>  
Daniela Lopes de Andrade<sup>2</sup>  
Mylvia Masako Anaissi Kikuchi<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva discutir sobre o serviço social, o trabalho e as políticas sociais na Amazônia. Baseia-se nas reflexões de um grupo de mulheres pesquisadoras da Amazônia fundamentadas em estudos bibliográficos, a partir da teoria social crítica. Verificou-se que o/a assistente social enfrenta grandes desafios, pois sendo um/a trabalhador/a assalariado/a também vivencia as mais diversas formas de precarização nas relações e condições de trabalho em seus espaços de trabalho. Além disso, o seu objeto de trabalho – as expressões da questão social – é agravado num cenário de desmonte dos direitos sociais e desfinanciamento das políticas sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho; Políticas Sociais; Amazônia.

**Abstract:** The article aims to discuss social service, work and social policies in the Amazon. It is based on the reflections of a group of women researchers from the Amazon based on bibliographic studies, based on critical social theory. It was found that social workers face major challenges, as being salaried workers, they also experience the most diverse forms of precarious relationships and working conditions in their work spaces. Furthermore, its object of work - the expressions of the social issue - is aggravated in a scenario of dismantling of social rights and defunding of social policies.

**Keyword:** Social Service; Work; Social Policies; Amazon.

### 1 INTRODUÇÃO

No cenário atual da conjuntura brasileira, a sociedade vivencia grandes dificuldades devido ao aumento do desemprego, da miséria, da precarização do trabalho, da destituição dos direitos da classe trabalhadora e da destruição da natureza, ou seja, a barbárie da vida humana, na qual a classe trabalhadora continua sendo sugada em suas diversas dimensões de vida e de trabalho, intensificando as expressões

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA), e-mail: [biancaarnaud01@gmail.com](mailto:biancaarnaud01@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA), e-mail: [danielalopes@ufpa.br](mailto:danielalopes@ufpa.br)

<sup>3</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA), e-mail: [mylvia.anaissi@gmail.com](mailto:mylvia.anaissi@gmail.com)

da questão social. As estratégias do Estado, de cunho neoliberal, passam a predominar no país a partir dos anos 90, culminando no fortalecimento da reestruturação produtiva do capital em seu contexto de crise estrutural. Desse modo, novas formas de precarização do trabalho e desmantelamento das políticas sociais são intensificadas para o pagamento da dívida pública. Diante deste quadro de precarização do trabalho, destituição de direitos e desafios enfrentados pela classe trabalhadora, destaca-se também o/a assistente social que como um/a trabalhador/a assalariado/a insere-se neste contexto.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar reflexões, a partir da teoria social crítica, sobre o serviço social, o trabalho e as políticas sociais na Amazônia, por considerar a intrínseca relação destes na totalidade concreta, dado que o serviço social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, configura os/as assistentes sociais como trabalhadores/as assalariados(as) e atuantes no campo das políticas sociais.

Segundo Iamamoto (2019), o debate sobre o serviço social e política social é necessário, pois contribui para o reconhecimento da dimensão política do trabalho da/o assistente social. Na leitura da política social, o Estado expressa as forças sociais e as contradições de classe, não sendo instrumento exclusivo dos interesses da burguesia, embora seja um Estado burguês. Trata-se de uma contradição de dupla dimensão: o Estado atende os interesses dominantes e os interesses da classe trabalhadora, visto que precisa da reprodução material da força de trabalho para a produção e reprodução do sistema. Faz-se, assim, necessário uma leitura do serviço social no âmbito das relações entre classes e destas com o Estado.

Salienta-se, ainda, que as discussões abordadas neste artigo são oriundas de reflexões bibliográficas críticas que foram bases dos estudos para o ingresso das autoras no curso de doutorado em Serviço Social. Por fim, o artigo encontra-se estruturado em quatro partes, sendo estas: a presente introdução; o tópico que apresenta uma breve contextualização sócio-histórica do Serviço Social no Brasil; o tópico que trata do trabalho e das políticas sociais com ênfase no trabalho das/os assistentes sociais na Amazônia; e as considerações finais, seguida das referências utilizadas.

## **2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Uma breve contextualização sócio-histórica**

Para tratar do Serviço Social, do Trabalho e das Políticas Sociais na Amazônia torna-se necessário, primeiramente, compreender o solo sócio-histórico em que a profissão se situa, pois, segundo Iamamoto (2019), elucidar as conexões que ligam o presente e o passado é um movimento fundamental tanto para compreender o passado recente quanto as atuais condições históricas. Dessa forma, aborda-se, brevemente, a trajetória do Serviço Social, especificamente, os principais aspectos do processo de reconceituação na América Latina e renovação no Brasil para, posteriormente, apontar a relação intrínseca entre o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e as políticas sociais como campo de execução, implementação e avaliação das(os) assistentes sociais.

O Serviço Social surge no Brasil nos anos de 1930 no contexto do capitalismo monopolista, demandado pelo Estado e iniciativas privadas para atuar nas diversas expressões da “Questão Social” através das políticas sociais. Em sua trajetória de desenvolvimento e institucionalização, o Serviço Social teve como influência o pensamento social da Igreja Católica, cuja fundamentação teórica foi o Positivismo e o modelo norte-americano de prática profissional – sendo reconhecido como Serviço Social de casos, grupos e comunidades, estando entrelaçado aos interesses da classe burguesa.

Nos anos de 1960, a categoria profissional começa a questionar-se quanto às referências teóricas, ético-políticas e operativas, influenciada pelo contexto de lutas sociais do referido período, passando, assim, a reivindicar teorias e métodos que permitissem a análise da formação social da América latina; o compromisso com a classe oprimida; e o caráter científico a profissão (Iamamoto, 2019).

Nesse sentido, conforme Iamamoto (2019), o movimento de reconceituação na América Latina foi impulsionado pela efervescência das lutas sociais, em particular, pela Revolução Cubana em 1959, no qual se buscou o engendramento de um Serviço Social latino-americano que compreendesse as particularidades históricas do desenvolvimento latino-americano e a recusa da importação de parâmetros profissionais alheios à realidade da América Latina. Assim, criou-se um movimento de questionamento da profissão de Serviço Social que ocorreu na década de 1960, contudo, aponta-se que o mencionado movimento não ocorreu de maneira homogênea nos países da América Latina, isto é, resguardavam-se as particularidades de cada formação nacional.

Considerando, assim, a particularidade brasileira, José Paulo Netto (2007), em seu livro *Ditadura e Serviço Social*, sinaliza que o processo de renovação do serviço social no país ocorreu no marco da ditadura militar, no que ele denomina de autocracia burguesa. O autor aponta que o referido processo foi um momento de repensar as bases teórico-metodológicas da profissão, o qual ganhou notoriedade a partir da década de 1970, quando a profissão se insere no âmbito acadêmico e se aproxima das ciências sociais.

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil pode ser compreendido a partir de três direções de análise, as quais são apontadas por Netto, a saber: perspectiva modernizadora/modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, que apontam perspectivas e orientações diferentes. De modo geral, pode-se dizer que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro foi um momento de questionamento da profissão, de recusa do Serviço Social tradicional, com práticas caritativas e baseadas na importação do método norte-americano. Isto é, foi um momento de repensar um Serviço Social com a identidade brasileira que atendesse as demandas do país.

Sendo assim, o processo de renovação do serviço social brasileiro permite a intenção de rompimento com o conservadorismo de origem da profissão, sobretudo a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como congresso da virada<sup>4</sup>, em 1979, e a aproximação com a teoria marxista, permitindo que o serviço social tenha uma atuação orientada em uma direção social crítica.

A propósito, ressalta-se a materialização do Projeto Ético-Político profissional na década de 1990 como fruto desse processo histórico e da aproximação da teoria social crítica de Marx na profissão, a qual possibilitou um avanço na formação e, consequentemente, um amadurecimento profissional, com a consolidação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Ademais, torna-se imprescindível compreender o Projeto Ético-Político como uma construção coletiva, o qual contém os valores e princípios profissionais.

---

<sup>4</sup> De acordo com Iamamoto (2019), a “virada” expressa a sintonia do serviço social brasileiro com as mobilizações de trabalhadores(as) e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários da classe trabalhadora.

Pode-se afirmar que a partir do processo de renovação do Serviço Social e a intenção de ruptura com o conservadorismo de origem, a profissão se localiza, sob o prisma do compromisso ético/profissional, pautado em seu Projeto Ético-Político, o qual permite uma visão crítica da realidade, compreendendo as expressões da questão social como resultante da sociabilidade do capital e de seu processo de produção e reprodução, com base na contradição capital x trabalho (Guerra e Batista 2021), a qual exige intervenções qualificadas para demandas complexas da realidade. Assim, entende-se o lugar que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, ocupa na sociedade, não sendo mais mero executor de ações caritativas e repreensivas, mas como profissional capaz de operar uma práxis na realidade social e de criar mediações que possibilitam viabilizar direitos sociais para classe trabalhadora, de um plano legal para o real, materializando-os na realidade social concreta.

Entretanto, apesar dos significativos avanços no âmbito teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, convém registrar que, segundo Iamamoto (2019), o Serviço Social é compreendido enquanto parte da prática social coletiva das classes sociais com interesses contraditórios, assim, o exercício profissional encontra-se atravessado por numerosos desafios que tensionam o projeto Ético - Político da profissão.

### **3 TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS: O Trabalho da/o Assistente Social na Amazônia**

Considerando que as/os assistentes sociais, inseridas/os na divisão sociotécnica do trabalho, são permeadas/os por diversos desafios, torna-se necessário destacar o contexto histórico, político, econômico e social em que se localizam as/os profissionais para enfrentar as demandas e requisições postas ao trabalho profissional.

É sabido que o mundo do trabalho vem sofrendo demasiadas transformações que marcam a crise do capitalismo de 1970, associada a reestruturação produtiva do capital, a ascensão do neoliberalismo e aos avanços tecnológicos, sob a égide a financeirização do capital. Esses fatores incidiram no mundo do trabalho e ocasionaram o que Antunes (2015, p. 124) caracteriza como “a nova polissemia do trabalho, sua nova morfologia do trabalho em que a categoria trabalho passa por uma metamorfose, ganha um desenho multifacetado [...]”.

Isto implica dizer que na década de 1970, com a crise estrutural, o capital, para continuar a manter as suas taxas de lucros, inicia um processo de reestruturação no modelo de gestão da força de trabalho, assim como, no seu sistema político e ideológico através do Neoliberalismo, no qual os organismos multilaterais formulam um “receituário” a ser seguido pelos países nesta fase de globalização e financeirização do capital, quais sejam: a desregulamentação do trabalho – com a terceirização, contratos temporários, baixos salários, aumento da jornada de trabalho; dentre quais implicam no aumento do desemprego estrutural com o incremento/avanço da tecnologia; as privatizações de empresas públicas; a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais, onde os direitos sociais são mercantilizados e passam a ser de competência privada, ou seja, o Estado atua minimamente no âmbito social, pois os recursos financeiros dos Estados nacionais são destinados para o pagamento da dívida pública.

Nesse íterim, destaca-se o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, pois participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, inserido na divisão social e técnica do trabalho, conforme assevera Iamamoto (2019). Logo, inserido/a nesta divisão, os/as assistentes sociais tornam-se trabalhadores/as assalariados/as, dentre quais estabelecem, como quaisquer outros/as trabalhadores/as, relações de compra e venda da sua força de trabalho.

Portanto, entende-se que os/as assistentes sociais sofrem os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, da precarização, como qualquer outro/a trabalhador/a assalariado/a. Em contrapartida, torna-se importante ressaltar as particularidades desses/as profissionais, uma vez que, estes/as têm como objeto de trabalho (matéria-prima) as múltiplas expressões da questão social que, no contexto de crise do capital são agudizadas, em particular, no atual momento histórico, político e social em que recentemente se vivenciou a pandemia da COVID-19 que aguçou a crise já vivenciada e afetou, sobremaneira, a classe trabalhadora nas diversas dimensões da vida social (Lara, 2020).

Além disso, as políticas sociais que são formuladas, geridas e executadas pelos/as profissionais, são, cada vez mais, desmontadas, seletivas e fragmentadas em um contexto ultra neoliberal de “enxugamento” do Estado, no qual se opera a lógica residual, a sub financeirização para execução destas e o desfinanciamento, ou, como afirmam Gomes, Castilho, Nascimento (2017), “políticas pobres para pobres”.

As políticas sociais constituem-se um campo privilegiado da atuação profissional, entretanto, permeado de diversas contradições. Iamamoto (2019) afirma

que as políticas sociais traduzem a contradição, pois, são fundamentais para reprodução do capital por um lado, e, por outro, para necessidade de reprodução da força de trabalho. Apresentando, assim, interesses contraditórios. Na atualidade, vivencia-se, cada vez mais, os efeitos deletérios de um Estado neoliberal, o qual degrada e desmonta as políticas sociais com a instituição de “reformas”, ou seja, contrarreformas.

Gomes, Castilho e Lemos (2017) afirmam que o Brasil vivencia o desmonte e o desfinanciamento das políticas sociais desde a década de 1990 com o governo Collor de Mello, tendo continuidade com Fernando Henrique Cardoso, a partir de “reformas” que preconizavam o sucateamento do setor público, com a contenção dos gastos sociais públicos e, conseqüentemente, a falência das políticas sociais implementadas com a Constituição Federal de 1988. Isto é, o desmonte social em prol do pagamento da dívida externa.

As autoras ressaltam, ainda, que essas medidas são continuadas nos governos seguintes, ou seja, mesmo com o governo Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), tidos como governos de esquerda, mantiveram-se as medidas de valorização do capital internacional e ajustes fiscais, o que impactou diretamente na Seguridade Social, com o desmantelamento da política de saúde, assistência social e previdência. Pode-se dizer, assim, que nos governos petistas houve uma espécie de pacto de conciliação entre as classes, com a implementação de ajustes fiscais e políticas sociais focalistas para o segmento mais empobrecido da sociedade. Contudo, esse pacto passa por um processo de esgotamento e encontra seus limites no cenário de crise capitalista (Gomes, Castilho, Lemos, 2017).

Diante de um cenário de estagnação econômica encontra-se a possibilidade de efetivação do golpe de 2016 que resultou na queda da presidenta Dilma e no governo ilegítimo de Michel Temer. No governo de Temer aguçou-se o desmonte das políticas sociais com o aprofundamento de uma política de austeridade, de regressão de direitos e de ataques ao trabalho, os quais foram materializados na Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos sociais da seguridade social por vinte anos; na lei da terceirização e na contrarreforma trabalhista com o desmonte da CLT.

Este cenário devastador é aprofundado com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), representante da extrema-direita, com pautas conservadoras e ultra neoliberal; de destruição do meio ambiente e dos povos tradicionais da Amazônia com o incentivo as atividades produtivas, em especial a mineração ilegal em terras

indígenas; de ataques aos serviços públicos, políticas sociais com redução/bloqueio de orçamento e de regressão nas pautas dos direitos humanos, além da contrarreforma da previdência.

Observa-se, assim, o desafio paradoxal posto aos/as profissionais no que concerne em viabilizar direitos sociais à classe trabalhadora em um contexto de regressão e usurpação destes, assim como, de agravamento das expressões da questão social que intensificam e complexifica as demandas voltadas para a profissão.

Importa mencionar, ainda, a particularidade da região em que os/as assistentes sociais estão inseridos/as, sendo esta a Amazônia, com uma trajetória de expropriação dos seus recursos naturais e exploração da força de trabalho da população que vive na região, alicerçadas na violência e violação de direitos, as quais refletem de forma perversa os efeitos deletérios do sistema capitalista na realidade regional. Gomes, Nascimento e Castilho (2021), afirmam que desigualdade social é uma marca na região amazônica sendo fruto do processo da formação social, política e econômica na região, assim como, do lugar que a mesma ocupa na divisão internacional e nacional do trabalho como exportadora de produtos primários.

O capital na Amazônia brasileira se faz presente, sobretudo por meio das empresas mineradoras e do agronegócio cuja principal atividade econômica é exportação de carne bovina<sup>5</sup>. Sua ação na Região é realizada com a anuência do Estado brasileiro que sempre incentivou a implementação de grandes projetos para “desenvolver” e integrar a região. Dessa forma, o Estado se responsabilizou em garantir as condições básicas para reprodução do capital e este, por sua vez, ocupou-se apenas da obtenção de lucros (Hauradou e Amaral, 2019; Marques, 2019).

A “questão social” e suas expressões na Região, por sua vez, se sobressaem a partir da sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho como exportadora de seus recursos naturais tanto para o exterior quanto para região sudeste do país (Barbosa e De Sá, 2009). Teixeira (2008) ao elucidar sobre alguns momentos da gênese histórica da “questão social” explica-nos que esta assume magnitude sem precedentes quando o capital transnacional e monopolista se encrava na região e ocorrem os planos de desenvolvimento da Amazônia - PDAs e suas propostas de grandes projetos.

---

<sup>5</sup> Agronegócio e transição ecológica no Brasil: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/the-worlds-stockyard/>.

Desta forma, é possível perceber materialmente as expressões da questão social na destruição da natureza e toda a sua biodiversidade, nos impactos econômicos, sociais, culturais e políticos dos grandes projetos implementados para os quilombolas, indígenas, ribeirinhos; na miséria vivenciada por estes e pelas populações das cidades que possuem suas particularidades sócio territoriais, na ausência de direitos básicos à população.

Cabe registrar uma pesquisa realizada no Pará com assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social, na qual as autoras Castilho, Gomes e Nascimento (2021), apontam, dentre outros aspectos, a intensificação da precarização das condições de trabalho, como: falta de infraestrutura, baixos salários, altas taxas de adoecimento e afastamento. A insuficiência de recursos e a ausência de infraestrutura para a realização de atividades dificultam a acessibilidade e mobilidade para atendimento às comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. As autoras ressaltam a contradição deste processo, onde exige que os/as profissionais ofereçam atendimento de qualidade, mas o Estado não disponibiliza condições suficientes para a sua realização.

Portanto, a partir das ideias expostas, observa-se um contexto de extrema precarização das condições e relações de trabalho, no qual a desregulamentação dos direitos, o desmantelamento das políticas públicas, a privatização do serviço público avança e tornam-se tendências na atual conjuntura de contrarreforma trabalhista e previdenciária, no país, que adota diversas formas para explorar a classe trabalhadora.

Com relação à política de assistência social na região, as referidas autoras explicam que o Sistema Único de Assistência Social reconhece formalmente o *fator amazônico* quando aprovou a Resolução nº. 33/2012 que trata do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial deveriam considerar alguns fatores que elevam os custos na Região Amazônica. Tais fatores são, como exemplos, o público: populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas; o território: ilhas, zona rural; o deslocamento por terra firme, rios, que demandam transportes como barcos, lanchas e carros com características aptas para a circulação nas estradas danificadas. Mas, isto não se realiza, em virtude das “[...] limitações impostas pelas organizações multilaterais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) de restrições em gastos em políticas sociais inviabiliza a resolução” (Castilho, Nascimento e Gomes, 2021, p. 345).

Diante do movimento histórico da realidade, nota-se o presente cenário de ações governamentais na região voltadas, especialmente, para a facilitação dos empreendimentos do capital e não para as necessidades reais da população, o que acarreta no avanço da destruição da natureza, como temos assistido com as queimadas, que prejudica a todos, principalmente, os que têm relação direta com a natureza. Assim, a luta e defesa da região deve ser um imperativo de todos cidadãos, profissionais, gestores(as), universidades, movimentos sociais, bem como, urge a necessidade de que as suas particularidades sejam previstas nas políticas tanto a nível de planejamento quanto de recursos financeiros para sua efetivação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo objetivou apresentar reflexões, a partir da teoria social crítica, sobre o serviço social, o trabalho e as políticas sociais na Amazônia, considerando a intrínseca relação destes na totalidade concreta, dado que o serviço social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, estabelece os/as assistentes sociais como trabalhadores/as assalariados/as e atuantes no campo das políticas sociais.

Em síntese, o Serviço Social, após seu processo de renovação, se localiza sob o prisma do compromisso ético/profissional embasado e instrumentalizado em pressupostos teórico/metodológico, ético/político e técnico/operativo que possibilitam aos profissionais atuarem e intervirem de forma crítica em uma sociedade cada vez mais explorada, precarizada e marginalizada; sob a égide de um Estado neoliberal, marcado pela violação de direitos, precarização da vida e do trabalho.

Entretanto, os/as assistentes sociais, nesse contexto, enfrentam grandes desafios, uma vez que como trabalhador/a assalariado/a também vivencia as mais diversas formas de precarização nas relações e condições de trabalho em seus espaços sócios ocupacionais, assim como, têm o seu objeto de trabalho – as expressões da questão social – agravado em um cenário de desmonte dos direitos sociais e desfinanciamento das políticas sociais.

Verifica-se, assim, inúmeros desafios postos à categoria de assistentes sociais, em particular, no contexto amazônico. No entanto é importante destacar a relevância da categoria se pautar no trabalho profissional a partir de uma leitura crítica da realidade, na perspectiva da totalidade, com base na clareza do compromisso da profissão com a classe trabalhadora, no projeto ético político que possibilita aos profissionais a

capacidade de fortalecer as estratégias de lutas coletivas e de resistências em busca de uma nova forma de sociabilidade, livre das amarras do capital.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, V. L. B.; CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**, v. 01, p. 447-466, 2017.

GOMES, V. L. B.; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; CASTILHO, D. R.. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: Particularidades do estado do Pará. **O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE)**, v. 01, p. 331-354-354, 2021.

GUERRA, Yolanda; BATISTA, Alfredo. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 173-187, jul./dez. 2021.

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: aspectos da presença e avanço do capital na região. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 23, p. 402-420, 201.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0439.pdf>

LARA, R.. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. **Revista Libertas**, v. 20, p. 53-69, 2020.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 11º ed. São Paulo: Cortez, 2007.